

Artigo especial

Compartilhar água e saúde, considerações sobre o 8º Fórum Mundial da Água *Sharing Water and Health, Considerations on the 8th World Water Forum*

Luís Sérgio Ozório Valentim

Diretor de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária. Coordenadoria de Controle de Doenças. Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo, Brasil

Em março acontecerá em Brasília o 8º Fórum Mundial da Água, evento de alcance global que espera reunir mais de 30 mil pessoas para discutir assunto essencial à saúde de todos que habitam o planeta. Em época de incertezas climáticas e prenúncios de desastres ambientais, o olhar conjunto para os recursos hídricos ganha espaço central no arranjo das nações.

O Conselho Mundial da Água, criado em 1996 por especialistas e instituições internacionais de renomado vínculo com o assunto, é responsável pelo Fórum que pela primeira vez acontecerá em um país do Hemisfério Sul. O tema geral do evento é “Compartilhando Água”, mas sua programação contempla também *clima, pessoas, desenvolvimento, cidades, ecossistemas, financiamento, capacitação e governança*.

Em novembro último, o presidente do Conselho, o brasileiro Benedito Braga, também atual secretário paulista de Saneamento e Recursos Hídricos, esteve presente na mesa de abertura e realizou a conferência inaugural do 7º Seminário Estadual Água e Saúde, promovido pelo Centro de Vigilância Sanitária e parceiros em São Paulo¹.

A participação do presidente do Conselho Mundial da Água no seminário paulista sinaliza a premência de aproximar ainda mais os assuntos sobre água com os de saúde, entendendo que a gestão de recursos hídricos está estreitamente associada às políticas de promoção e proteção da saúde.

Celebrar a água como elemento indissociável da vida é missão coletiva em qualquer momento do progresso humano. Sendo essencial, a água deve ser cuidada. Como alicerce da existência de toda e qualquer criatura na Terra, a água merece ser usada com respeito e moderação, é sustentáculo da prosperidade e da vida boa, do bem-estar e da saúde.

Após duas décadas da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, amplos setores da sociedade brasileira já tem consciência da água como recurso valioso e finito, merecedora, portando, de um gerenciamento diferenciado, que contemple os múltiplos usos e necessidades dos 208 milhões de brasileiros.

Da natureza pródiga poucos ainda esperam o atendimento eterno dos caprichos de nossa sociedade, voraz consumidora de recursos. O discurso hoje margeia e adentra o plano conceitual do desenvolvimento sustentável,

1. O 7º Seminário Estadual Água e Saúde aconteceu em 29 e 30 de novembro de 2017 nas instalações do Sesc Belenzinho, na capital paulista, tendo por referência o tema “Água de beber”. O evento foi iniciativa conjunta do Centro de Vigilância Sanitária, Faculdade de Saúde Pública da USP, Instituto de Estudos Avançados da USP, Comitê Paulista para Gestão Integrada da Água, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria de Meio Ambiente, Companhia Ambiental Paulista (Cetesb), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de São Paulo e Serviço Social do Comércio (Sesc), com apoio de outras instituições com evidente inserção nas questões da água. Paralelo ao seminário, ocorreram no SESC outros eventos associados ao tema, como a exposição internacional de arte contemporânea “Água”, projeto artístico de *ART for the World*.

aquele que procura atender as necessidades atuais sem comprometer as das gerações futuras. Mesmo que imbuídos da aspiração de legar aos nossos descendentes reservas que lhes permitam viver com qualidade, alguns indicadores apontam que caminhamos em sentido diverso do pretendido: o aquecimento global não deixa dúvidas disso, a degradação dos recursos hídricos também não.

Assim, o lema “compartilhando Água”, escolhido para orientar os debates no 8º Fórum Mundial da Água, é oportuno e merece reflexão. Partilhar é o ato de dividir em partes, repartir, distribuir um bem. Ainda que tal verbo possa sugerir desprendimento, o gesto generoso do ofertar, ele não parece garantir por completo o repartir justo, com equidade.

A nosso ver, “compartilhar” é ação que se situa em nível mais elevado que o partilhar, pois é o repartir de modo participativo; evoca associação de interesses e valores comuns; envolve o proveito conjunto dos frutos da bonança e o arcar, também conjunto, com as implicações da escassez. Quanto mais escasso, mais fundamental e nobre é a arte de compartilhar o bem. A generosidade se prova de fato na escassez.

Para quem vivenciou há pouco um crise hídrica sem precedentes, como foi o caso do estado de São Paulo e como ainda assim ocorre em outras regiões do país, escassez é uma expressão que também merece atenção. Ela indica falta, carência, privação; é algo que pode ser expresso pela relação matemática entre o tanto que se tem e o tanto que se necessita, ou melhor, entre a disponibilidade e a demanda.

No caso dos recursos hídricos, esta relação vem historicamente se estreitando, ou

invertendo seu sinal – como acontece na bacia hidrográfica do Alto Tietê, que abriga a Região Metropolitana de São Paulo –, fazendo com que a água disponível se coloque em níveis perigosamente próximos – quando não aquém – das necessidades de grandes coletividades.

Todos nós – individual ou coletivamente – temos necessidades. Elas podem ser tangíveis ou intangíveis; de qualquer maneira, ignorá-las resulta muitas vezes em sofrimento e frustração. São muitos os sentidos que orbitam a expressão, alguns filiados ao que é essencial, ou seja, ao atendimento das carências orgânicas, outros aos caprichos da natureza humana.

A água, por seus múltiplos usos, abarca o amplo leque das necessidades do homem. Sua disponibilidade para fins de ingestão e higiene pessoal é imprescindível para a saúde humana. Sua oferta para os demais usos repercute na qualidade de vida e define as condições de sobrevivência das comunidades. A água, pois, supre e conforta.

Desta maneira, são estreitos os vínculos entre recursos hídricos, saúde e qualidade de vida. A gestão racional e equilibrada dos usos da água é campo fértil para a promoção da saúde. Por raciocínio inverso, os desequilíbrios do acesso à água propiciam doenças e repercussões negativas na vida de todos.

Num país tão bem dotado de recursos naturais, mas com notória disparidade social, a escassez expressa – mesmo em São Paulo – mais as desigualdades da demanda do que as carências da oferta. Decerto cabe para o uso da água o conceito platônico de saúde, bem colocado por Giovanni Reale: “o ‘não muito’ nem o ‘muito pouco’ isto é, a medida e a

proporção conveniente é o fulcro no qual gira o conceito de saúde”.

Assim como na saúde, a virtude da gestão racional da água numa sociedade desigual está na “mediação entre o excesso e a falta, ou seja, a ‘justa medida’ entre o muito e o muito pouco”. Convém lembrar também que as sociedades produtoras de desequilíbrios – inclusive os ambientais –, ao degradar seus recursos hídricos, intervêm diretamente na disponibilidade da água e, por consequência, nas condições de saúde da população.

E, como bem menciona Georges Canguilhem, a saúde, como estado de equilíbrio dinâmico instável, requer não só um acordo intrínseco do organismo consigo mesmo, mas também com o que lhe é exterior. Quer dizer, saúde só se promove ou se mantém de maneira ampla e sustentável num meio equilibrado. Não se pode curar um órgão ou uma parte do corpo humano senão mantendo sob controle o corpo no seu conjunto, assim como o contexto no qual ele se insere, nos dizem ainda hoje – cada um a seu modo – Platão e Hipócrates.

Mas nossas necessidades não são referências únicas nem suficientes para abordar com alguma profundidade a questão da sustentabilidade do uso dos recursos hídricos. Preservar uma nascente ante aos muitos empreendimentos humanos que a negam requer argumentos mais sólidos do que os associados às necessidades dos homens, sejam os que desfrutam neste momento a vida, seja os que ainda virão.

Como disse Amartya Sen, “ver os seres humanos apenas em termos de suas

necessidades pode nos dar uma visão um tanto insuficiente da humanidade”. Para salvar o mundo, ou simplesmente defender uma nascente – que não deixa de ser também um modo de salvar o mundo –, é preciso “decidir qual valor atribuir às coisas e de que maneira preservar esses valores”. Para isto, é importante exercitar até à exaustão a capacidade humana de arrazoar, avaliar, agir, participar e compartilhar.

Cabe por fim lembrar que o compartilhamento é assunto recorrente na história das sociedades humanas, em especial naquelas que lidaram com a escassez. O fenômeno bíblico da multiplicação divina de recursos – os pães e os peixes – para atender aos que deles são carentes, não se explica unicamente pelo milagre – alteração súbita e fora do comum das leis da natureza, cuja causa escapa à razão humana –, mas ganha sentido quando associado à generosidade, ao partilhar o pouco disponível, ou, dito de outra forma, à arte de equilibrar as tensões entre a disponibilidade e a demanda. Assim, a boa partilha torna o pouco, como por milagre, abundante.

Das políticas públicas não se pode esperar milagres. No entanto, no exercício de nossa cidadania podemos delas exigir a gestão generosa e compartilhada dos recursos hídricos, de modo a deixar a cada um – inclusive os que nos sucedem – o que por direito lhe pertence. É, pois, também, no compartilhar que se promove saúde. Susan Sontag sintetizou assim o drama da vida: “todos que nascem têm dupla cidadania, no reino dos sãos e no reino dos doentes”. Preservar a água é nos manter por mais tempo no reino dos sãos.